

ICMBio

Edição 497 - Ano 11 – 7 de dezembro de 2018

em foco

Catálogo proporciona visibilidade a produtos da sociobiodiversidade

PÁGINA 6

Portaria define normas para Fundo de Compensação Ambiental

PÁGINA 14

ICMBio terá roteiro metodológico para planos de manejo

PÁGINA 10

Servidores podem ser voluntários durante licença para capacitação

PÁGINA 3

ICMBio avança na sinalização da Trilha do Velho Chico

A Coordenação-geral de Uso Público e Negócios (CGEUP) promoveu, nos dias 17 e 18 de novembro, a 1ª Oficina de Sinalização do Monumento Natural do Rio São Francisco, unidade de conservação (UC) situada entre os estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Participaram do evento conselheiros do setor de turismo, proprietários de terras e membros da equipe da UC, além de condutores de visitantes, pescadores, quilombolas, estudantes e chefes de cinco unidades estaduais de Sergipe.

Durante a oficina, ministrada pelo coordenador-geral Pedro Menezes, foram sinalizados 5 quilômetros da recém-criada Trilha do Velho Chico. A sinalização do trecho segue os padrões estabelecidos pela portaria conjunta dos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, que instituiu a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, e pelo Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio, que busca padronizar as indicações de percurso das UCs brasileiras.

Foi feito um molde em formato de bota com uma pintura rupestre encontrada na região dos cânions e um mandacaru, que faz parte da vegetação da Caatinga. Os moldes foram pintados sobre a superfície de rochas ao longo da trilha, de forma a garantir uma melhor visibili-

dade do caminho a ser percorrido pelo visitante, além de ordenar a visita e minimizar os impactos. A Trilha do Velho Chico, que já contava com 12 quilômetros sinalizados, totaliza agora 17 quilômetros com sinalização.

De acordo com o chefe do Monumento Natural do Rio São Francisco, Emerson Leandro, a unidade apresenta uma característica singular entre as UCs do bioma Caatinga: "Encontramos em meio ao clima semiárido e à vegetação seca um verdadeiro oásis, que são as águas do rio São Francisco. Então vejo que temos um potencial enorme a ser aproveitado de forma sustentável. Com as trilhas, podemos mostrar tanto aos nativos quanto aos visitantes que a Caatinga é bela e importante para o equilíbrio do meio ambiente, podendo também ter seus atrativos naturais utilizados de forma sustentável para movimentar a economia local", ressalta Leandro.

Para Pedro Menezes, os caminhos que atravessam os cânions do São Francisco certamente vão atrair pessoas do mundo todo. "As trilhas proporcionam experiências incríveis de contato com a natureza e cumprem o importante papel de conectar as unidades de conservação da região", afirma o coordenador-geral.



Grupo sinalizou 5 quilômetros da nova trilha de longo curso

Servidores podem ser voluntários durante licença para capacitação

Os servidores do Instituto Chico Mendes agora podem atuar como voluntários durante a Licença para Capacitação. O ICMBio é um dos primeiros órgãos da administração pública federal a regulamentar essa modalidade e está servindo de inspiração ao Ministério do Planejamento, que neste momento trabalha na elaboração de diretrizes gerais para fomentar essa modalidade.

No mês de novembro, foi publicada a Portaria nº 960/2018, que dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a concessão de Licença para Capacitação para realização de atividade voluntária. Se outras instituições públicas federais fizerem esta regulamentação, também será possível receber servidores desses diferentes órgãos para a realização da licença com atividade voluntária em nossas unidades.

Para Thais Ferraresi Pereira, coordenadora de Educação Corporativa, oportunizar essa abordagem inovadora para a formação profissional do servidor é um ganho de escala não só no aprendizado individual, mas também institucional, pois além do intercâmbio de diferentes competências e boas práticas, poderá refletir um impacto direto na gestão das unidades, com a concretização de novos resultados e produtos. "Esse era um desejo de muitos dos servidores do ICMBio, e agora é uma realidade!", comemorou.

A Licença para Capacitação possibilita que o servidor, após cada quinquênio de efetivo exercício, solicite afastamento, mantida a respectiva remuneração, para participar de ação de capacitação, e agora voluntariado, por até noventa dias. A nova portaria estabelece que o usufruto da licença para capacitação para realização de atividade voluntária poderá ocorrer em unidades organizacionais do ICMBio aderidas ao Programa de Voluntariado e em instituições públicas ou sem fins lucrativos, no Brasil ou no exterior, que declarem ter programa de voluntariado vigente.

As atividades poderão ser desenvolvidas na modalidade presencial e/ou a distância. Nos ca-

sos de realização de atividade voluntária, a carga horária mínima semanal será de 30 horas semanais e poderá ser admitida a composição de atividades voluntárias presenciais e/ou a distância para o atendimento da carga horária mínima.

Christiana Pastorino, chefe do Serviço de Voluntariado, lembra que "a licença para capacitação para realização de atividade voluntária em unidades organizacionais do ICMBio poderá ser concedida para usufruto somente em unidades que aderiram formalmente ao Programa de Voluntariado e que tenham planejamento de atividades do programa em vigor. Essa oportunidade permite ao servidor conhecer melhor as diferentes realidades presentes em nosso País, testemunhando, mesmo que por um tempo, a experiência vivida nas diferentes unidades organizacionais".

Paulo Russo, coordenador-geral de Gestão Socioambiental, ressaltou que a portaria traz uma oportunidade para aqueles servidores que sempre desejaram atuar em uma unidade de conservação que não fosse a sua lotação e por um tempo determinado. "Além de atender o desejo dos colegas em contribuir, por exemplo, na gestão de unidades de conservação que necessitam de pessoal para impulsionar certas agendas, essa experiência também irá propiciar uma compreensão maior dos servidores sobre a realidade do instituto, pois se traduzirá numa verdadeira imersão no cotidiano dessas unidades, entendendo os desafios para sua implementação", destacou.

A relação das unidades organizacionais do ICMBio aderidas e ativas no Programa de Voluntariado está disponível no portal (www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario), onde qualquer interessado em ser um voluntário pode se inscrever na linha temática oferecida pela unidade. Para mais informações sobre os procedimentos para solicitar a licença capacitação, basta acessar o Guia para Solicitação de Licença Capacitação em <http://ava.icmbio.gov.br/mod/page/view.php?id=288>

Mentoria de negócios é realizada na Flona do Tapajós

Acervo Flona do Tapajós



Jovens profissionais buscam melhorar qualidade de vida de empreendedores do Tapajós

A comunidade de Maguari, na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós (PA), recebeu no dia 16 de novembro a primeira Mentoria de Negócios. A iniciativa foi realizada pelo Instituto Vivalá, em parceria com o ICMBio e a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Denominada “Expedição Tapajós”, a mentoria envolveu 21 microempreendedores das comunidades da Flona Tapajós e os voluntários da Vivalá – advogados, administradores, publicitários, jornalistas e professores. Do outro lado, os comunitários envolvidos na capacitação atuam na gestão das pousadas e redários, fabricação de polpas de frutas, produção do couro ecológico, na cooperativa e ecojoia.

Segundo Daniel Cabrera, diretor-executivo do Instituto Vivalá, a expedição busca engajar jovens profissionais em um trabalho voluntário com os microempreendedores de uma determinada região. O Pará é o quinto estado onde esse trabalho é realizado. “Em nossa metodologia, desenvolvemos um treinamento contínuo em módulos de definição de negócios, marketing, vendas, jurídico, inteligência emocional e equipe, entre outras áreas, entendendo as maiores dificuldades de cada comunidade e focando em pontos críticos para

que possamos cocriar soluções reais em conjunto com os moradores e com isso melhorar de fato a sua qualidade de vida”, explicou.

José Risonei Assis, gestor da UC, ressaltou durante a abertura do evento que a missão do ICMBio é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental buscando parcerias para alavancar o desenvolvimento socioambiental das comunidades, bem como promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores da unidade de conservação. Arimar Feitosa, responsável pela fábrica de polpas de frutas e vice-presidente da cooperativa, ressaltou que esse tipo de parceria é fundamental e contribui para a melhoria da gestão dos empreendimentos comunitários.

Os profissionais que participaram da mentoria ressaltaram que a experiência no voluntariado proporcionou novos saberes, trocas de experiências e lições de vida. Os comunitários também relataram que as capacitações sempre serão bem-vindas e que a troca de conhecimentos contribui para o fortalecimento das iniciativas das comunidades.

A próxima edição já tem data marcada. O segundo módulo acontecerá durante o Carnaval de 2019, de 1º a 5 de março.

Quais demandas de capacitação existem no seu setor?



Participe do Mapeamento de Competências do ICMBio e contribua com a elaboração do Plano Anual de Capacitação 2019.

Responda até hoje, 7 de dezembro, o questionário enviado para o seu e-mail.



**GESTÃO POR
COMPETÊNCIAS**
ICMBio-MMA

ICMBio lança catálogo de produtos da sociobiodiversidade

Açaí, castanha, cacau, farinha de mandioca, jaborandi, pirarucu, babaçu, borracha. São tantos os produtos que consumimos que vêm das florestas, alguns deles somente encontrados no Brasil. Eles não são importantes apenas para o nosso consumo, como também representam um forte elo na cadeia produtiva de populações e comunidades tradicionais cujo extrativismo e manejo comunitário são os principais modos de sobrevivência.

Pensando em dar visibilidade para esses produtos, a Coordenação-geral de Populações Tradicionais (CGPT) lança a versão impressa do “Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil”. A publicação apresenta 15 produtos oriundos de populações tradicionais em 66 unidades de conservação no País: açaí, artesanato, babaçu, borracha, cacau, castanha, farinha de mandioca, frutas e polpas, jaborandi, jacaré, madeira de manejo comunitário, óleos vegetais, recursos pesqueiros, pirarucu e turismo de base comunitária.

O catálogo traz informações como nome científico, safra, área de ocorrência, utilização mais comum, curiosidades, importância econômica, história e muito mais. A publicação apresenta ainda um mapa ilustrativo dos produtos que podem ser encontrados em cada estado brasileiro que possui reservas extrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável e florestas nacionais com populações tradicionais. O leitor encontra também uma relação completa de organizações em cada estado com contato comercial e produtos ofertados.

Atualmente, um dos principais desafios é fazer com que os produtores tenham diversificação de mercado consumidor, especialmente em locais onde a logística é dificultada, e possa competir com produtores maiores. “Esperamos que, com as informações organizadas, seja possível diminuir as distâncias entre os produtores e consumidores, divulgar e dar visibilidade ao trabalho dessas famílias em UCs”, diz Bruna de Vita, coordenadora-geral de Populações Tradicionais.

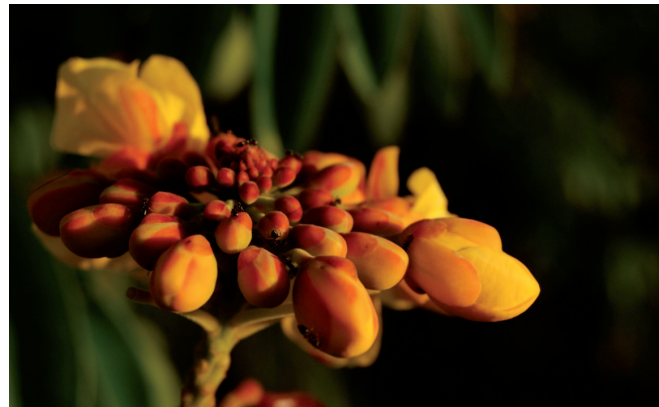
Leonardo Milano



Luciano Candiani



Luciano Malanski



Fabício Alves da Cruz



Realizada capacitação para monitoramento de manguezais

Entre os dias 26 e 29 de novembro, servidores, bolsistas e parceiros participaram da Capacitação nos Protocolos dos Alvos Globais do Monitora – Componente Manguezal. O evento foi promovido pela Base Avançada do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene-Caravelas), Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (Comob) e Projeto TerraMar.

O objetivo do curso foi capacitar os participantes para a aplicação dos protocolos de monitoramento da biodiversidade de manguezais do programa Monitora (caranguejo-uçá e vegetação). Além disso, foi uma oportunidade para apresentar a experiência de monitoramento do guaiamum, espécie ameaçada e de grande importância socioeconômica, e formar uma rede colaborativa para implementação desses monitoramentos.

Além de acessarem conteúdos teóricos sobre a biologia, ecologia e protocolos de monitoramento dessas espécies, os cursistas também tiveram a oportunidade de participar de uma aula prática no manguezal para aplicação dos protocolos. Após a prática, os professores Filipe Chaves (UERJ) e Marcelo Pinheiro (Unesp) apresentaram aos participantes bases

para análise e tratamento de dados, além de apoiarem as UCs na escolha de possíveis áreas para demarcação das parcelas e implementação do monitoramento.

O curso também foi uma oportunidade para os participantes avaliarem as oportunidades e desafios para monitoramento do guaiamum, potencial alvo complementar regional, a partir da experiência do professor Anders Schmidt (UFSB).

A capacitação foi realizada em parceria com as universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Estadual Paulista (Unesp) e Federal do Sul da Bahia (UFSB). Participaram representantes de nove unidades de conservação federais do Nordeste ao Sul do País (APA Costa dos Corais, Esec de Carijós, NGI Mamanguape, Parna do Superagui e reservas extrativistas de Canavieiras, de Cassurubá, Marinha da Baía do Iguaçu, Marinha da Lagoa do Jequiá e Marinha do Pirajubaé), além de representantes do Cepene e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT).

A capacitação foi executada com recursos do projeto TerraMar, GEF Mar e PNUD.

Acervo Cepene



Representantes de nove UCs participaram do curso

Professores de Noronha participam do projeto ComUNIDADE Escola

Professores da rede pública de ensino do Arquipélago de Noronha participaram no dia 24 de novembro da terceira e última etapa do Projeto ComUNIDADE Escola – ICMBio. A iniciativa busca a formação continuada de professores da rede pública e parceiros para ações educativas em unidades de conservação da natureza.

Esta fase do processo foi de difusão do conhecimento, momento em que foram compartilhados com os participantes e comunidade local os resultados dos projetos executados durante o ano. As primeiras etapas consistiram na capacitação presencial dos professores e no acompanhamento da execução das atividades ambientais educativas propostas pelos grupos.

Os projetos foram avaliados pelas equipes do ICMBio e da Universidade de Brasília (UnB), parceira na execução do curso. Os trabalhos precisavam atender ao requisito de envolver a unidade de conservação no processo formativo nas escolas e, segundo os avaliadores, o resultado foi realmente positivo.

Os projetos propuseram trazer a educação ambiental para as escolas de forma dinâmica, lúdica e artística, abrangendo diversos tipos

de técnicas pedagógicas, usando linguagens como teatro, cinema, música e dança, proporcionando aos alunos diversas possibilidades de aprendizado e utilizando diferentes estímulos. Foram apresentados os projetos Ecoteca, Mabuyando, Transforma Noronha, Sementes Mágicas e Sarau EcoCultural.

“Todas as ideias apresentadas conseguiram abranger as sugestões que foram feitas durante a fase de capacitação. Consideramos o curso mais como um mobilizador, que também teve a intenção de ser um emancipador para que os projetos continuem com a motivação dos professores e que eles possam passar o aprendizado que tiveram para outros grupos. Esperamos que todos prossigam se ajudando e agregando conhecimento, não esquecendo nunca que o pano de fundo deve ser sempre a unidade de conservação”, afirmou Zara Guimarães, doutora em Ensino de Ciências e Educação Ambiental, docente da UnB e uma das coordenadoras do curso.

A capacitação foi realizada pelo ICMBio em parceria com a UnB e contou com o apoio do Projeto GEF Mar, Econoronha, WWF-Brasil, Projeto Golfinho Rotador e as escolas Arquipélago e Bem-me-quer.

Participantes desenvolveram projetos educativos durante este ano

Conselheiros aprovam plano de manejo do Mona Cagarras

O Monumento Natural (Mona) do Arquipélago das Ilhas Cagarras (RJ) deu mais um importante passo no processo de elaboração de seu plano de manejo. Na última semana, o documento foi aprovado no Conselho Consultivo da unidade de conservação (UC).

Criado em 2010, o Mona Cagarras vem somando esforços para publicar seu plano de manejo desde 2013, quando foram realizadas as primeiras oficinas setoriais junto aos atores-chave pelos dois primeiros gestores da UC. Após uma mudança na metodologia de elaboração de planos de manejo pelo ICMBio, os trabalhos foram retomados no final de 2017, já sob a ótica da nova metodologia, mas com base no acúmulo de informações geradas anteriormente.

Para elaborar a nova versão do plano de manejo, foram realizadas seis oficinas, ao longo do ano de 2018, com os conselheiros e outros atores importantes para a unidade. As oficinas foram conduzidas por servidores da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (Coman), com apoio de analistas ambientais lotados no Rio de Janeiro. Participaram das oficinas um total de 36 pessoas, entre conselheiros e convidados, representando 23 instituições da sociedade local.

Segundo Tatiana Ribeiro, chefe da UC, o Plano de Manejo do Mona Cagarras é muito aguardado e cobrado pela sociedade local desde a criação da unidade, incluindo uma ação judicial que obriga o instituto a publicar o docu-

mento. “A sociedade anseia por normas para promover o ordenamento do uso público na UC, que está localizada a apenas 4,5 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Com este passo, nos aproximamos da tão esperada publicação do plano, que, caso aprovado pelo instituto, será uma grande conquista para todos os envolvidos neste longo processo”, avalia Tatiana.

Os trabalhos desenvolvidos em 2018 para publicação do plano foram possíveis em razão dos recursos acessados pela UC no Acordo de Cooperação ICMBio-Funbio para execução dos recursos do TAC Chevron.



Arquivo Mona do Arquipélago das Ilhas Cagarras

ICMBio terá roteiro metodológico para planos de manejo

A Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (Coman) promoveu entre os dias 21 e 23 de novembro a Oficina de Elaboração do Roteiro Metodológico que orientará a elaboração e revisão de planos de manejo para todas as categorias de unidade de conservação (UC). O evento foi realizado na sede do ICMBio em Brasília, conduzido pela Coman e também contou com a participação de servidores da equipe ampliada da coordenação.

Há alguns anos, o ICMBio vem buscando o aperfeiçoamento do processo de elaboração e revisão de planos de manejo, almejando o desenvolvimento de documentos que atendam à Lei nº 9.985/2000 de maneira mais objetiva e estratégica, com maior celeridade, aplicabilidade e envolvimento de outras áreas técnicas do instituto, aumentando a efetividade de gestão sem perda de qualidade.

A discussão dessa nova proposta de planejamento, que busca atender aos desafios e à realidade brasileira, começou em 2015. Nesse período, foi realizada a Oficina de Ferramentas de Planejamento com Enfoque na Elaboração de Planos de Manejo, em parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos, o Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos e a Universidade Estadual do Colorado.

Em 2016, foram iniciadas duas experiências piloto para aplicação experimental da nova metodologia: Parque Nacional de São Joaquim (SC) e Reserva Extrativista Marinha de Soure (PA), cujos documentos foram publicados em 2018.

No ano seguinte, foi elaborada a Estratégia de Participação Social para o Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação, com o envolvimento de outras unidades organizacionais do ICMBio, e publicada a IN nº 7/2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais.

“Agora, o roteiro reflete o amadurecimento e consolidação da estratégia e mostra o resultado de um grande esforço institucional coletivo que, além de toda a equipe da Coman, teve a participação de diversas áreas do ICMBio e cujo resultado também extrapola a área de elaboração de planos de manejo, envolvendo diferentes setores do instituto na elaboração do instrumento de planejamento mais importante de uma unidade de conservação: seu plano de manejo”, afirmou Érica Coutinho, coordenadora de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo.



Servidores da Coman e de sua equipe ampliada estão participando da elaboração do roteiro metodológico

Acervo ICMBio

Falta menos de 1 mês para o término do preenchimento do SAMGe 2018!!!



Participe e contribua com a análise e o monitoramento da gestão e da efetividade das unidades de conservação.

<http://samge.icmbio.gov.br>

A arte de unificar conhecimento

Monitorar a biodiversidade é um conjunto de atividades que permite avaliar as respostas de populações e ecossistemas às práticas de conservação e aos impactos sofridos pela natureza e assim criar estratégias de conservação.

Essas práticas não são aprendidas apenas na letra dos livros ou na Academia. Os pesquisadores podem aprender muito com a forma com que as populações tradicionais percebem e utilizam os recursos ambientais. São casos que ocorrem em diversas unidades de conservação: às vezes, é com a sabedoria dos anciões e dos pajés que os pesquisadores conseguem resultados mais significativos para seus estudos. Eles conhecem como, quando e onde encontrar as espécies-alvos de um monitoramento.

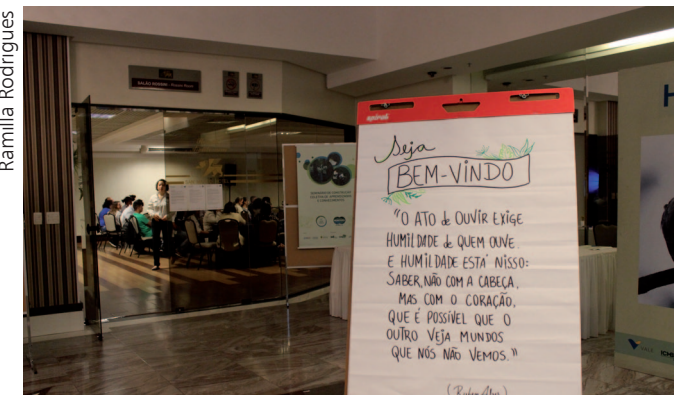
O ICMBio está inserido neste modelo participativo de monitoramento. Sob essa ótica, foi realizado nesta semana o I Seminário Ciclo de Construção Coletiva dos Aprendizados e Conhecimentos do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade, em Brasília (DF). O evento conta com gestores de UCs, representantes de órgãos governamentais, pesquisadores e comunitários que realizam práticas de monitoramento participativo. O seminário faz parte do Programa Monitora, criado em 2011 pelo ICMBio como um aprimoramento do modelo de monitoramento que começou em 2007, com a criação do instituto.

O seminário trouxe palestras, painéis, mesas redondas dialogadas e apresentações temáticas ligadas ao monitoramento da biodiversidade e tem o propósito de aproximar as experiências nas mais de 90 unidades de conservação que realizam o monitoramento participativo.

O monitoramento participativo se ancora em diversas teorias e práticas da Etnobiologia, que é o ramo da Biologia que realiza uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as culturas visando a aplicação científica dos saberes cultivados por populações tradicionais. “Todos nós aprendemos e geramos conhecimento. Quem vive nos lugares, quem pesca, quem caça, quem coleta também têm o seu conhecimento com sistematização e forma de transmissão diferentes. Buscamos a arte de unir esses conhecimentos e entendendo que todos são válidos”, diz a coordenadora-geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ), Kátia Torres. “Precisamos de fóruns, linguagem adequadas e a conexão para consolidar esses conhecimentos e que eles tragam resultados para a gestão”, complementa.

O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) é parceiro do ICMBio desde 2014 no monitoramento. Eles auxiliam o órgão na implementação dos protocolos de monitoramento junto aos gestores, parceiros e comunitários e realizam esta atividade tanto em protocolos já existentes quanto apoiando na construção de protocolos complementares, que é como são chamados os que são construídos juntos à comunidade.

“Há cinco anos estamos gerando informações. O seminário traz as várias experiências e discute as melhores técnicas e ferramentas para trabalhar as informações com as comunidades locais para a construção coletiva do conhecimento. Com essa sistematização, podemos trabalhar como elas podem gerar ganhos de gestão”, avalia a coordenadora do IPÊ, Fabiana Prado.



Ramilla Rodrigues

São Joaquim discute ações de uso público

O Parque Nacional (Parna) de São Joaquim (SC) irá priorizar a elaboração de seu Plano de Uso Público já que o plano de manejo foi publicado recentemente. Para discutir essas e outras ações, a Câmara Técnica de Uso Público da unidade de conservação (UC) reuniu-se em novembro.

O Parna abriga um dos pontos mais altos de Santa Catarina, o Morro da Igreja, atrativo turístico cuja demanda por visitação coloca a unidade entre as 20 mais visitadas do País. Atualmente, apenas o Morro da Igreja e três trilhas estão oficialmente abertas para visitação. No entanto, o parque recebe grande demanda para diversificar e regulamentar a visitação em outras áreas para oportunizar a realização de diversas atividades de recreação e lazer.

“Em seus cenários únicos, São Joaquim possui enorme potencial turístico, podendo proporcionar vivências em cachoeiras, cânions, trilhas, sítios arqueológicos e áreas de escadas, entre outras”, destacou a analista ambiental Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo.

CÂMARA TÉCNICA PLANEJA AÇÕES

Durante a reunião da Câmara Técnica, foi feito um nivelamento conceitual sobre o processo de elaboração do plano de uso público e seus objetivos. A partir disso, o grupo elaborou um pré-planejamento das próximas atividades, que incluem mapeamento de parceiros estratégicos e realização de oficinas nos cinco municí-

pios abrangidos pelo parque; levantamento e sistematização de informações sobre atrativos existentes e potenciais; início da aplicação da metodologia Rovuc – Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação; definição de indicadores para priorizar a abertura e normatização de atrativos; acompanhamento da Parceria Ambiental Público Privada em estudo pelo ICMBio e consultoria Detzel com foco na concessão no Morro da Igreja.

Além do plano de ação, o grupo elaborou minuta de portaria para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no parque e uma moção sobre os possíveis impactos negativos de um empreendimento proposto no entorno imediato da unidade.

O trabalho da Câmara Técnica é coordenado pela equipe gestora do Parna e conta com a participação de representantes do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Instituto Alouatta, Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza (Isecon), Cooperativa para a Conservação da Natureza (Caipora), Fundação Ambiental Municipal de Orleans (Famor), um representante dos proprietários do município de Grão Pará e um condutor de Orleans.



Parque recebe grande demanda para diversificação das atividades de visitação

Aceva Parna de São Joaquim

Portaria define normas para Fundo de Compensação Ambiental

Foi publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro a Portaria nº 1.039, que estabelece critérios, políticas e diretrizes do Fundo de Compensação Ambiental (FCA). O FCA é um fundo privado, regido por estatuto próprio, que será criado para recepcionar os recursos de compensação ambiental previstos no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000. A Caixa Econômica Federal, instituição financeira selecionada pelo ICMBio, será responsável pela criação, administração e execução do fundo.

Segundo a diretora de Administração, Planejamento e Logística (Diplan), Silvana Canuto, esta é a última etapa que o ICMBio precisava cumprir antes da implementação do FCA. “Com a portaria, a instituição financeira terá instrumentos legais para efetivar a criação e gestão do fundo”, diz Silvana.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela portaria para composição e gestão do FCA, destaca-se a vedação específica ao recebimento de recursos que não sejam aqueles destinados pelos órgãos licenciadores competentes às unidades de conservação. Os recursos também deverão ser segregados

em subcontas identificáveis por empreendimento, unidade de conservação beneficiária e ação específica, facilitando assim a identificação de como e onde o recurso estará aplicado.

A portaria também estabelece que o ICMBio terá a competência para monitorar, acompanhar e avaliar os atos de gestão do fundo. Também estão incluídas diretrizes que visam dar mais transparência possível ao processo, como exigência de vantagem técnica e econômica nas contratações realizadas pela administradora, medida que deve evitar sobrepreços ou superfaturamento, assim como a prática de nepotismo. Da parte de transparência, são exigidas divulgação na internet do relatório de administração, demonstrações contábeis e financeiras do fundo, além de prestação de contas e sistema de acompanhamento gerencial do fundo.

Com a publicação da portaria, a perspectiva é de que o FCA seja criado ainda em 2018, com início dos aportes de recursos pelos empreendedores a partir do exercício de 2019.

Flona de Assungui forma condutores de trilhas ecológicas

A Floresta Nacional (Flona) de Assungui (PR) completou, em 2018, 50 anos de criação. Para comemorar a data tão significativa, foi promovida a segunda edição do Curso de Condutores de Trilhas. Durante três dias, 30 pessoas participaram da capacitação, a maioria delas moradoras da região do entorno da Flona e da cidade de Campo Largo.

Na oportunidade, os futuros condutores puderam conhecer mais sobre o ICMBio e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Eles aprenderam sobre a conceitualização de trilhas e interpretação ambiental e em um exercício prático puderam conhecer as diferentes abordagens possíveis na condução do visitante. O segundo dia teve como foco conduta e características do condutor, ética e apresentação profissional, interpretação e condução de trilhas. Ao final do dia, foi realizado um trabalho prático de melhoria de estruturas de visitação, ocasião em que foi feito o plantio de mudas de espécies nativas no início da trilha da Galha Azul.

Por fim, os participantes fizeram o módulo de primeiros socorros com o soldado Mazine, do Corpo de Bombeiros de Campo Largo. Ele tratou de situações mais prováveis de ocorrer em uma trilha na natureza, como atendimento de quedas, fraturas, picadas de insetos, aranhas e cobras e situações de parada cardíaca e respiratória, ensinando os procedimentos básicos para atendimento dessas demandas. O período da tarde focou no turismo de base comunitária, além de serem discutidas estratégias de marketing e divulgação que podem ser trabalhadas.

Agora, a equipe da Flona aguarda a publicação do plano de manejo, que já foi finalizado. Os próximos passos serão a portaria regulamentando a atuação de condutores no interior da unidade e a realização do chamamento público para interessados em realizar atividades

de condução de visitantes nas trilhas da Flona. “A estruturação da floresta nacional para a visitação é um dos focos determinados no plano de manejo para os próximos anos. Esse curso é uma etapa importante para efetivação dessa diretriz”, afirmou Ana Carolina Saupe, analista ambiental do ICMBio Curitiba.

Para realização do curso, a Flona contou com o apoio da Associação Miríade, por meio do projeto Trilhas da Galha Azul (realizado com financiamento da SOS Mata Atlântica); Instituto Federal do Paraná – Campus Campo Largo; Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Campus Litoral e Corpo de Bombeiros de Campo Largo.



Trinta pessoas estão aptas a serem condutores de trilhas na Flona

UCs recebem o evento Vem Passarilhar

Duas unidades de conservação (UCs), de Minas Gerais, os parques nacionais do Caparaó e Cavernas do Peruaçu, receberam a segunda edição do projeto #VempassarilharMG 2018. Nos meses de novembro e dezembro, ambas realizaram atividades em prol de identificar e reconhecer aves para incrementar a lista da vida silvestre. A ação foi realizada pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur-MG), em parceria com o ICMBio e a agência de turismo receptivo Destinos MG.

O programa realizou caminhadas pelas trilhas das UCs, além de promover a observação e monitoramento de aves para fomentar a preservação das espécies. Os participantes também tiveram a oportunidade de bater um "Papo de Passarinho" com os biólogos e guias de observação de aves Eduardo Franco (Destino-MG) e Fred Crema (Maritaca Expeditions), que apresentaram um panorama geral do perfil dos observadores, a diversidade das aves nas respectivas unidades e as principais características da atividade.

Além disso, a passarinhada, como é conhecida pelos observadores, tem o propósito de divulgar as unidades de conservação e mostrar para as comunidades que o turismo é uma forma de desenvolvimento local. Ela também é uma oportunidade de apresentar como uma simples observação pode transformar as pessoas em 'Cidadão Cientista' e aumentar a economia do turismo nas regiões que margeiam os parques.

CAVERNAS DO PERUAÇU

A observação de pássaros reuniu em média 25 pessoas e ocorreu nas matas aos arredores e ao longo da estrada de acesso aos atrativos do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. O público foi composto por estudantes, condutores locais, moradores do entorno, brigadistas, monitores do IEF, técnicos da Setur/MG e visitantes.

Para Rafael Pinto, chefe da unidade de conservação, a ação abre novas oportunidades de uso público, focado normalmente em visitas a cavernas e sítios arqueológicos. "Como esta-

mos em uma área de transição entre o Cerrado e a Caatinga, o endemismo da avifauna é elevado, além do alto número de espécies que chegam a 365 de acordo com dados do plano de manejo. Todos esses fatores fazem da UC um potencial a ser explorado na observação de aves", destaca.

CAPARAÓ

Mais de 15 participantes tiveram a oportunidade de "passarilhar" em duas trilhas do Parque Nacional do Caparaó: dos Cipós e Vale Verde. Foram identificadas mais de 60 espécies de aves com destaque para o limpa-folha-de-testa-baia, patinho, miudinho, tangará, tovaca-cantadora, papagaio-de-peito-roxo e surucuá-variado.

"A atividade de observação de aves tem um grande potencial no parque. O projeto tem a capacidade de promover interação com as comunidades do entorno para atrair os observadores de aves e mostrar o trabalho como uma alternativa de renda aliada a conservação", relata Clarice Silva, chefe do Parna do Caparaó.



Liliane Alexandre



Eduardo Franco

Curtas

CMA realiza reunião do programa de monitoramento de praias

Entre os dias 26 e 30 de novembro, foi realizada a reunião do Grupo de Trabalho (GT) do Programa de Monitoramento de Praias (PMP), no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), sediado em Santos (SP). O programa tem como objetivo avaliar a interferência das atividades de produção e escoamento de empreendimentos de óleo e gás sobre as aves, tartarugas e mamíferos marinhos por meio do monitoramento das praias e do atendimento veterinário a animais vivos e mortos. Ele é executado por instituições contratadas, como condicionantes de processos de licenciamento ambiental do Ibama. Além do CMA, o GT tem a participação do Cemave, Cepsul e Tamar e o objetivo de analisar e avaliar os dados e relatórios dos PMPs. A reunião possibi-

litou a elaboração de uma nota técnica com a avaliação e considerações dos resultados, além de recomendações para os relatórios anuais de cada PMP. O Programa de Monitoramento de Praias atua nas praias das regiões das bacias Potiguar e Cearense, Sergipe/Alagoas, de Santos e de Campos e Espírito Santo.



Representantes do CMA, Cemave, Cepsul e Tamar participaram da reunião

Acervo CMA

Brasil inspira criação do Dia Internacional da Onça

A biodiversidade ganhou uma nova data comemorativa: o Dia Internacional da Onça-Pintada, definido durante a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP14) por organizações não governamentais e países de ocorrência da espécie. O governo brasileiro, que havia institucionalizado a data em âmbito nacional, inspirou a iniciativa mundial, que também estabeleceu o dia 29 de novembro para a celebração. O objetivo da data mundial é aumentar a conscientização sobre as ameaças enfrentadas pela onça, promover esforços de conservação garantindo sua sobrevivência e reforçar o papel da onça como uma espécie-chave, indicação de um ecossistema saudável.

A proposta foi apresentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) juntamente com o World Wildlife Fund (WWF), a Wildlife Conservation Society (WCS) e a Panthera, além de representantes de governos.



Marcos Amend

Energia Sustentável assina termo de compensação ambiental

Na última semana, o ICMBio e a Energia Sustentável do Brasil S.A. assinaram o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 5/2018 em razão da Usina Hidrelétrica de Jirau. O empreendimento energético foi construído no rio Madeira e inaugurado em 2016, mas já estava em operação comercial desde 2013. O termo foi assinado pelo presidente do ICMBio Paulo Carneiro, o diretor-presidente da Energia Sustentável Victor-Frannk Paranhos e o diretor de Meio Ambiente Isac Teixeira. O valor do termo de compromisso, atualizado até setembro de 2018, totaliza R\$ 52.887.474,53 e será utilizado na regularização fundiária da Reserva Biológica do Jaru (RO) e do Parque Nacional Matinguari (RO/AM). Este é o primeiro termo de compro-

misso firmado conforme a Instrução Normativa nº 3/2018, que dispõe sobre procedimentos administrativos para sua celebração. A execução será realizada diretamente pelo empreendedor.



Acervo ICMBio

Compensação ambiental será utilizada para regularização fundiária de UCs

CR4 planeja ações de fiscalização



Acervo CR4

Servidores discutiram estratégias para execução das operações de fiscalização

As unidades de conservação (UCs) da Coordenação Regional em Belém (CR4) estiveram reunidas em novembro para a Oficina de Planejamento dos Planos de Fiscalização Simplificados (PFIS) e do Planejamento de Ações de Fiscalização (Planaf) 2019. O evento foi promovido pela Coordenação de Fiscalização (Cofis)) e pela CR4,

envolvendo a participação dos gestores das 41 unidades distribuídas nos estados do Pará, Amapá e Maranhão. A oficina teve como diretrizes a construção e validação dos PFIS das UCs e a elaboração do Planaf para 2019. Foram discutidos temas como estratégias e ferramentas em utilização no planejamento e execução das ações de fiscalização do ICMBio, ações do Colegiado de Julgamento de Autos de Infração da CR4 e protocolos de execução do Planaf, citando boas práticas no planejamento e execução das ações de fiscalização. "Foram dois dias muito proveitosos, onde houve a interação e troca de conhecimento entre os gestores das unidades de conservação da CR4", destacou Willian Fernandes, coordenador regional substituto.

APA Delta do Parnaíba apresenta resultados de diagnósticos participativos

Conselheiros da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba (MA/PI/CE) estiveram reunidos na última semana para a apresentação dos resultados das oficinas comunitárias e setoriais do plano de manejo. Os eventos foram promovidos pela equipe da unidade de conservação (UC) em todos os municípios de seu território e contaram com a realização de diagnósticos participativos com o apoio de mapas falados e indicação de usos e características da região. O evento contemplou também a validação do novo Plano de Ação do Conselho Consultivo pela plenária e a reativação da Câmara Temática de Turismo. Os conselheiros também receberam informes de estratégias de divulgação e orientação jurídica da Portaria nº 445/2014 (que reconhece as espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção) e a pesca do Camurupim,

encaminhamentos do ordenamento do kitesurf e direcionamentos do TAC do Cavalo Marinho discutido em Barra Grande, uma das principais praias turísticas da unidade. Tradicionalmente a reunião abre espaço para os conselheiros exporem ações e iniciativas que almejam a sustentabilidade da região. Desta vez a conselheira Karina Molino apresentou o projeto "Em busca do desconhecido – Programa de Conservação do Tamanduá no Nordeste Brasileiro", uma iniciativa do Instituto Tamanduá e parceiros.



Acervo APA Delta do Parnaíba

Lançada estratégia para áreas úmidas

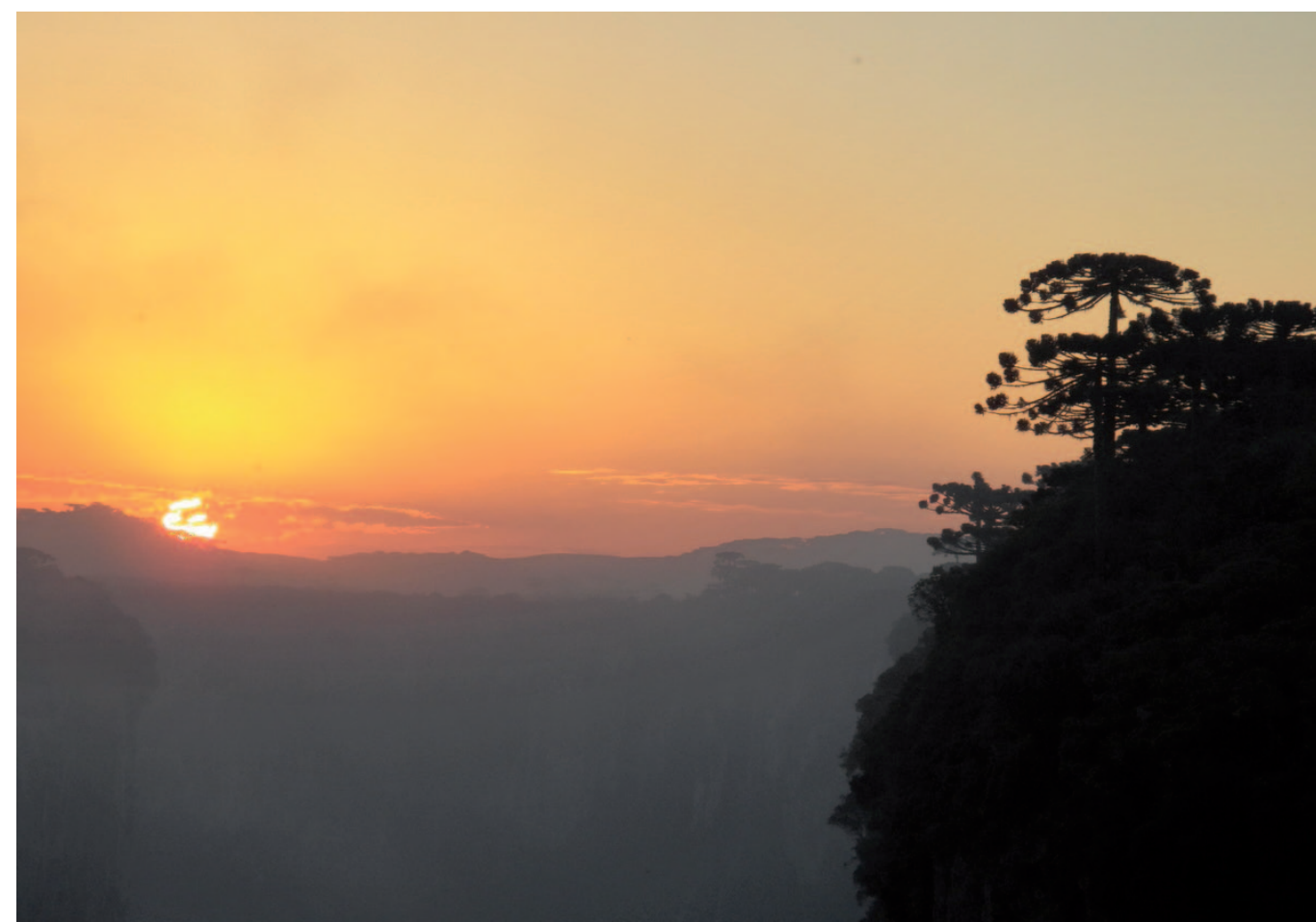


Acervo Parna da Lagoa do Peixe

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou, na última sexta-feira (30), a Estratégia Nacional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas no Brasil. A Portaria nº 445 foi publicada no Diário Oficial da União. A estratégia vai contribuir para que o Brasil cumpra os

compromissos assumidos perante a Convenção de Ramsar no que diz respeito à conservação e manejo efetivo das áreas úmidas de importância internacional e também apoiará o cumprimento das Metas Nacionais de Biodiversidade 10 e 14, que tratam sobre Redução de Pressões sobre Recifes de Coral e Restauração de Ecossistemas Provedores de Serviços essenciais, respectivamente. A implementação deve ser compartilhada, ainda, com o Conselho Nacional de Zonas Úmidas. A instância é responsável por discutir a internalização da convenção de áreas úmidas no País e possui representantes dos setores governamentais e da sociedade civil.

Parna de Aparados da Serra (SC/RS)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Rubens Matsushita

Colaboradoraram nesta edição

Ana Carolina Saupe – ICMBio Curitiba; Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo; Camila Camargo Ataliba – CMA; Christiana Pastorino – CSAM; Daniel Cabrera – Vivalá; Daniel de Miranda Pinto de Castro – APA Delta do Parnaíba; Emerson Leandro Costa de Oliveira – Mona do Rio São Francisco; Érica Coutinho – Coman; Felipe Mendonça – ICMBio Noronha; Janaina Melo; Keila Nascimento – APA Delta do Parnaíba; Laura Lobato – Flona do Tapajós; Letícia Verdi – Ascom MMA; Maria Jociléia Soares – Flona do Tapajós; Marília Mesquita – Cepene; Patricia Lindoso; Ramilla Rodrigues – DCOM; Tatiana Ribeiro – Mona do Arquipélago das Ilhas Cagarras; Thais Ferraresi Pereira – CGGP; Verônica Ferron – CR11; Waleska Barbosa – Ascom/MMA; Willian Fernandes – CR4.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

